

CELSE - Centrais  
Elétricas de  
Sergipe S.A.  
(Em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do fluxo de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104  
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil  
Telefone +55 (81) 3414-7950, Fax +55 (81) 3414-7951  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (Em fase pré-operacional)  
Aracaju - SE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("Sociedade") (em fase pré-operacional), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e o período de 25 de setembro a 31 de dezembro de 2015, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e o período de 25 de setembro a 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC PE-000904/F-7

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adriana Rodrigues Pereira da Silva'.

Adriana Rodrigues Pereira da Silva  
Contadora CRC PE-017400/O-8

## CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (em fase pré-operacional)

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.729	-	Fornecedores	8	14.708	-
Impostos a recuperar	5	129	-	Partes relacionadas	11	100	-
Despesas pagas antecipadamente	6	4.758	-	Impostos e contribuições sociais		186	-
Outros créditos		613	-	Outras contas a pagar		264	-
<b>Total do circulante</b>		<b>16.229</b>	<b>-</b>	<b>Total do circulante</b>		<b>15.258</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Outros créditos		40	-	Capital social	9	200.001	-
Despesas pagas antecipadamente	6	14.438	-	Prejuízo acumulado		(5.799)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	2.987	-	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>194.202</b>	<b>-</b>
Imobilizado	7	175.671	-				
Intangível		95	-				
<b>Total do não circulante</b>		<b>193.231</b>	<b>-</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>209.460</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>209.460</b>	<b>-</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (em fase pré-operacional)

### Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
e período de 25 de setembro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
<b>Despesas pré-operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	12	<u>(9.312)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<u><b>(9.312)</b></u>	<u>-</u>
Receitas financeiras		570	-
Despesas financeiras		<u>(44)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	13	<u><b>526</b></u>	<u>-</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u><b>(8.786)</b></u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	<u>2.987</u>	<u>-</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><b>(5.799)</b></u>	<u>-</u>
<b>Resultado básico e diluído por ação por lote de mil ações</b>		<u><b>(0,03)</b></u>	<u>-</u>
<b>Quantidade de ações por lote de mil ações</b>		<u><b>200.001</b></u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (em fase pré-operacional)**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
e período de 25 de setembro a 31 de dezembro de 2015**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(5.799)	-
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>(5.799)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (em fase pré-operacional)

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
e período de 25 de setembro a 31 de dezembro de 2015

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Constituição da Sociedade em 25 de setembro de 2015		-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		-	-	-
Aumento de capital	9	200.001	-	200.001
Prejuízo do exercício		-	(5.799)	(5.799)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>200.001</b>	<b>(5.799)</b>	<b>194.202</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (em fase pré-operacional)

### Demonstrações do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
e período de 25 de setembro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	(5.799)	-
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação	21	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.987)	-
	<u>(8.765)</u>	<u>-</u>
<b>Variações patrimoniais</b>		
<b>(Aumento) redução nos ativos circulante e não circulante</b>		
Aumento em impostos a recuperar	(129)	-
Aumento em despesas pagas antecipadamente e outros créditos	(19.849)	-
<b>Aumento (redução) nos passivos circulante e não circulante</b>		
Aumento em fornecedores	14.808	-
Aumento em impostos e contribuições sociais	186	-
Aumento em outras contas a pagar	264	-
	<u>(13.485)</u>	<u>-</u>
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<u>(13.485)</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições de intangível	(95)	-
Adições de imobilizado	(175.692)	-
	<u>(175.787)</u>	<u>-</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(175.787)</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital social	200.001	-
	<u>200.001</u>	<u>-</u>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<u>200.001</u>	<u>-</u>
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.729</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
	<u>10.729</u>	<u>-</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<u><u>10.729</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (CELSE ou Sociedade) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída em 25 de setembro de 2015. O endereço do escritório, atual sede da Sociedade, é na Rua Valdemar Dantas, no.100, Aracaju, Sergipe.

A CELSE tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da UTE Porto de Sergipe I; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas; (iv) a importação, exportação, vaporização e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural; e (v) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista.

A CELSE é responsável pela implantação e exploração da UTE Porto de Sergipe I, usina termelétrica a gás natural em fase de construção no município de Barra dos Coqueiros, Sergipe. A UTE Porto de Sergipe I terá capacidade instalada total de 1.516 MW.

A UTE Porto de Sergipe I sagrou-se vencedora do leilão de energia A-5/2015, realizado em 30 de abril de 2015 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Conseqüentemente à vitória no leilão, foram firmados Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com prazo de vigência de 25 anos, junto a 26 distribuidoras de energia.

Em outubro de 2016, a CELSE firmou contrato de engenharia, construção e montagem (*Engineering, Procurement and Construction - EPC*), na modalidade empreitada global com preço fechado (*lump sum turn key*) com a General Electric Switzerland GmbH, General Electric International, Inc., Alstom Energia Térmica e Indústria Ltda. e Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda., em conjunto GE, no valor total de R\$ 2.957.450 (valor convertido às taxas de dólar e euro de 31 de dezembro de 2016).

As obras da usina tiveram início em novembro de 2016, portanto, em 31 de dezembro de 2016, a CELSE encontra-se em fase pré-operacional. A operação comercial da usina terá início em 1º de janeiro de 2020. Até a presente data, a Sociedade vem cumprindo o cronograma de obras do Projeto.

#### Licenças e Autorizações

Em 15 de abril de 2016, a UTE Porto de Sergipe I obteve, junto a Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA, a Licença Prévia nº. 11-3/2016 para a elaboração e desenvolvimento do projeto executivo da usina. Essa licença é válida até 15 de abril de 2019.

Em 4 de agosto 2016, a UTE Porto de Sergipe I obteve, junto a Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA, a Autorização Ambiental nº. 78/2016 para a realização de sondagens geotécnicas visando a instalação da usina.

Em 29 de novembro de 2016, a UTE Porto de Sergipe I obteve, junto a Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA, a Autorização Ambiental nº. 115/2016 para a execução de serviços de terraplenagem.

Em 21 de dezembro de 2016 foi protocolado junto à ADEMA o atendimento das condicionantes da Licença Prévia para a obtenção da Licença de Instalação da usina.

Em 4 de janeiro de 2017, a UTE Porto de Sergipe I obteve, junto a Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA, a Autorização Ambiental nº. 2/2017 para a construção do canteiro de obras.

Em 16 de março de 2017, a UTE Porto de Sergipe I obteve, junto a Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA, a Autorização Ambiental nº. 36/2017 para a execução de serviços de estaqueamento.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Sociedade deve, ao divulgar informação comparativa, apresentar no mínimo dois balanços patrimoniais e duas de cada uma das demais demonstrações contábeis, bem como as respectivas notas explicativas. Considerando que os saldos apresentados nessas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, os saldos comparativos em 31 de dezembro de 2015 estão com valor zero. Os efeitos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, com valores expressos em unidades de reais, estão apresentados a seguir:

<b>Balanco patrimonial</b>	<b>2015</b>
Ativo circulante	
Caixa e equivalente de caixa	<u>100</u>
Patrimônio líquido	
Capital social (Nota 9)	<u>100</u>
<b>Demonstração do fluxo de caixa</b>	<b>2015</b>
Resultado do período	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-
Integralização de capital social	<u>100</u>
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2015	<u>100</u>

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Sociedade estão apresentados na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Nessas demonstrações financeiras não existem componentes que tenham, como requerimento, o reconhecimento e mensuração a valor justo.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente.

***Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas na nota explicativa 5.1 - Impostos Diferidos, devido à premissa de disponibilidade de lucro tributável futuro para a utilização dos créditos fiscais contabilizados em 31 de dezembro de 2016.

### **3 Principais políticas contábeis**

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Sociedade aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas:

**a. Moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, exceto quando capitalizadas em virtude das imobilizações em andamento.

**b. Ativos e passivos financeiros**

***Ativos financeiros não derivativos***

*Reconhecimento e desreconhecimento*

A Sociedade reconhece os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Quando aplicável, os ativos ou passivos financeiros serão compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tiver o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

*Mensuração*

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

***Passivos financeiros não derivativos***

*Reconhecimento e desreconhecimento*

A Sociedade reconhece passivos financeiros reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

*Mensuração*

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**c. Capital social**

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Sociedade não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

**d. Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

### **Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo e reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que refletem a vida útil dos ativos estão sendo demonstradas na nota explicativa 7.

As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas a medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido.

### **e. Provisões**

Quando aplicável, uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e nos riscos específicos para o passivo.

### **f. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação ao prejuízo fiscal da Sociedade, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

### **g. Novas normas e interpretações**

A Sociedade não espera que novas normas, alterações de normas e interpretações, relacionadas aos seus negócios e com aplicação para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, possam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade.

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2016</b>
Caixa e depósitos bancários a vista	110
Aplicações financeiras	10.619
	<hr/>
	<b>10.729</b>
	<hr/>

Os saldos de caixa e equivalente de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 5 Impostos a recuperar e diferidos

	<b>2016</b>
IRRF sobre rendimento de aplicações financeiras	129
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	2.987
	<b>3.116</b>
Circulante	129
Não Circulante	2.987

### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Sociedade, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu crédito tributário sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social do exercício de 2016.

A estimativa de recuperação do crédito tributário foi fundamentada nas projeções dos lucros tributáveis futuros, levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

<b>Saldo de ativo fiscal diferido no início do exercício de 2016</b>	-
Prejuízo acumulado final do exercício	8.786
Alíquotas combinadas de imposto de renda e contribuição social	34%
Ativo fiscal diferido constituído	2.987
<b>Saldo de ativo fiscal diferido no final do exercício de 2016</b>	<b>2.987</b>

## 6 Despesas pagas antecipadamente

Referente aos prêmios pagos sobre os seguintes seguros:

	<b>2016</b>
Seguro de riscos de engenharia (a)	10.731
Seguro garantia de fiel cumprimento (b)	8.355
Outros	110
	<b>19.196</b>
Circulante	4.758
Não circulante	14.438

- (a) Contratado para a cobertura dos serviços de obras civis e instalação e montagem necessários à implantação da UTE Porto de Sergipe I, com vigência até 30 de setembro de 2021.
- (b) Contratado para o fiel cumprimento das obrigações assumidas na Portaria MME No 530, de 23 de novembro de 2015, que autorizou a Sociedade a se estabelecer como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da UTE Porto de Sergipe I, com vigência até 29 de junho de 2020.



## 7 Imobilizado

### a. Composição

	Taxas anuais de depreciação (%)	2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Total
Máquinas e equipamentos	3,33 a 10	12	-	12
Edificações	4 a 10	9	-	9
Móveis e utensílios	10	895	(21)	8.724
Terrenos	-	4.409	-	4.409
Imobilizado em curso	-	170.367	-	170.367
		<b>175.671</b>	<b>(21)</b>	<b>175.671</b>

### b. Movimentação

	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em curso (a)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição	4.409	12	9	895	5.325	170.367	175.692
Depreciação	-	-	-	(21)	(21)	-	(21)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<b>4.409</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>874</b>	<b>5.304</b>	<b>170.367</b>	<b>175.671</b>

#### **Terrenos**

Refere-se ao valor de aquisição da área onde está localizada a usina termelétrica UTE Porto de Sergipe I.

#### **Imobilizado em curso**

Conforme mencionado anteriormente, a Sociedade assinou com a GE um contrato EPC na modalidade de empreitada global com preço fechado para a construção da usina. Os valores registrados em imobilizado em curso referem-se, principalmente, aos adiantamentos realizados a GE para a aquisição de equipamentos para a construção da usina, garantidos por fianças bancárias. A Sociedade também classifica como imobilizado em curso os gastos incorridos com licenciamentos ambientais e estudos e projetos de desenvolvimento. Os saldos estão contabilizados como imobilizado em curso e serão transferidos para imobilizado em serviço a partir da entrada em operação da usina.

#### **Depreciação**

Foram apropriadas ao resultado do exercício de 2016 despesas com depreciação no montante de R\$ 21 referentes a móveis e utensílios.

## 8 Fornecedores

	<b>2016</b>
Swiss Re Corporate (a)	10.836
Black & Veatch International (b)	2.995
Mattos Filho Advogados	509
AIG Seguros	137
Outros	331
	<b>14.808</b>

- (a) Referente à contratação da apólice de seguro de Riscos de Engenharia (vide nota explicativa 6).
- (b) Referente à contratação de serviços de Engenharia do Proprietário que incluem o monitoramento dos custos e do cumprimento do cronograma do contrato de EPC firmado com a GE, bem como a revisão técnica do design dos equipamentos que serão fornecidos.

## 9 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social da CELSE, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$200.001 (R\$ 100,00 - cem reais em 31 de dezembro de 2015), sendo composto por 200.001.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (1.000 ações em 31 de dezembro de 2015), assim distribuídas:

	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	<b>Ações</b>	<b>%</b>	<b>Ações</b>	<b>%</b>
Ebrasil Energia Ltda.	100.000.500	50%	510	51%
GGPower Participações S.A.	100.000.500	50%	-	-
Dionon Lustosa Cantareli Júnior	-	-	490	49%
	<b>200.001.000</b>	<b>100%</b>	<b>1.000</b>	<b>100%</b>

Em abril de 2016, o acionista Dionon Lustosa Cantareli Júnior transferiu a totalidade das suas ações para a GGPower Participações S.A. Na mesma data, a Ebrasil Energia Ltda. também transferiu 10 ações de sua titularidade para a GGPower Participações S.A.

### Aumentos de capital social

No exercício de 2015, foi realizada a subscrição de capital no montante de R\$1 (um mil reais) e integralizado capital no montante de R\$100,00 (cem reais) pelos acionistas Dionon Lustosa Cantareli Júnior e Ebrasil Energia Ltda., autorizados na AGE (Assembleia Geral Extraordinária) de Constituição da Sociedade, realizada em 25 de setembro de 2015.

No exercício de 2016, foram realizadas subscrições de capital no montante de R\$ 200.000 e integralizado capital no montante de R\$ 200.001 pelos acionistas Ebrasil Energia Ltda. e GGPower Participações S.A., autorizados nas AGE realizadas em 5 de abril e em 26 de setembro de 2016.

Essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais e, dessa forma, os saldos de constituição de capital não foram apresentados para fins de comparabilidade.

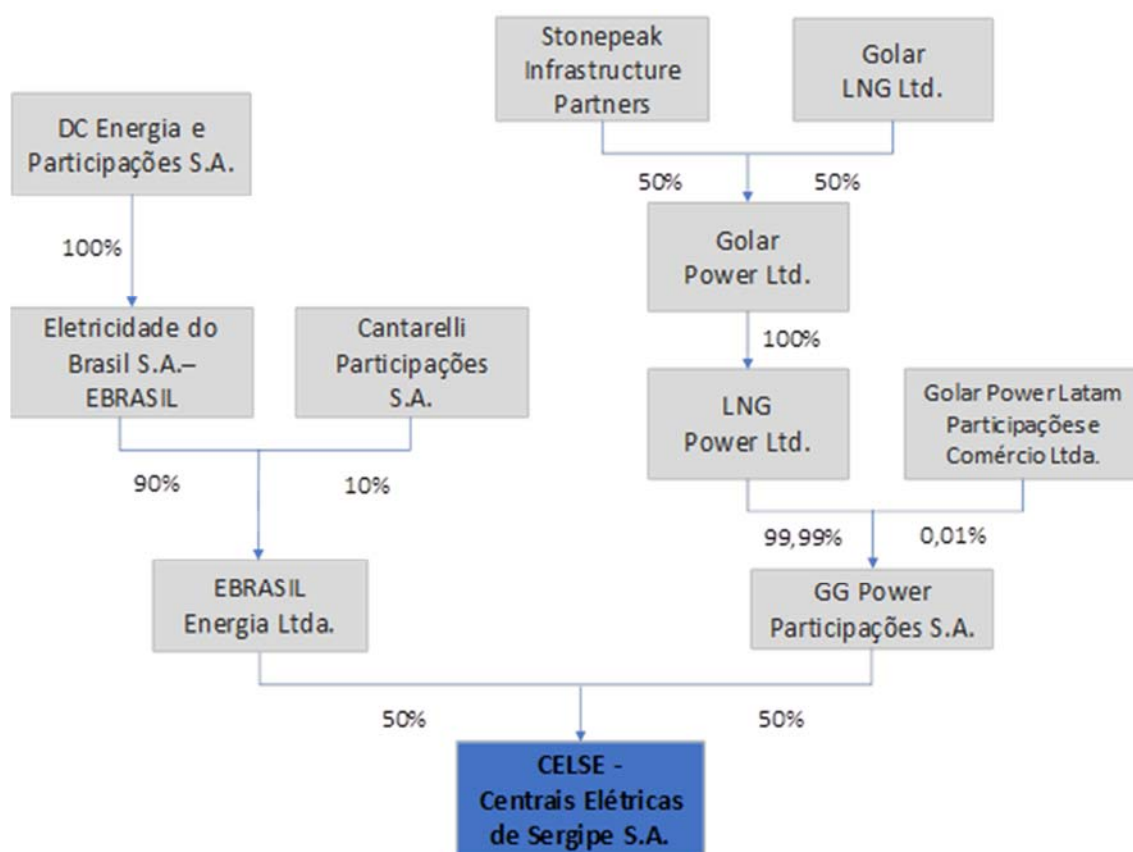
## 10 Provisão para contingências

A CELSE encontra-se em fase pré-operacional e, com base no relatório de seus assessores jurídicos, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ações judiciais, cíveis, trabalhistas ou tributárias contra a Sociedade. Consequentemente, nenhuma provisão para contingências foi constituída ou divulgada nessas demonstrações financeiras.

## 11 Partes relacionadas

### a. Controladoras

O controle da Sociedade é compartilhado pelas empresas Ebrasil Energia Ltda. e GGPower Participações S.A. que, por sua vez, têm como controladoras finais as empresas DC Energia e Participações S.A., Golar LNG Ltd. e Stonepeak Infrastructure:



### b. Saldos com partes relacionadas

	2016
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA (i)	100
	<u>100</u>

(i) Refere-se a contrato com coligada para prestação de serviços administrativos (BackOffice).

**c. Outras transações com partes relacionadas**

A solução logística para o fornecimento de gás à UTE Porto de Sergipe I se dará por meio do afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação (*Floating Storage Regasification Unit - FSRU*) junto à controladora indireta Golar Power Ltd. A FSRU encontra-se em fase de construção e, nos próximos exercícios, um contrato de prestação de serviços será formalizado com os termos e condições desta relação comercial entre as partes.

**d. Remuneração de pessoal chave**

A Sociedade considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos pelo Conselho de Administração, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade não mantém planos de previdência privada e de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego.

**12 Despesas gerais e administrativas**

	<b>2016</b>
Seguros	(3.489)
Serviços	(3.187)
Pessoal	(2.326)
Arrendamentos e aluguéis	(196)
Outros	(114)
	<b>(9.312)</b>

**13 Resultado financeiro**

	<b>2016</b>
<b>Receitas financeiras</b>	
Juros sobre aplicações financeiras	570
	570
<b>Despesas financeiras</b>	
PIS e COFINS sobre receita financeira	(26)
IOF sobre operações financeiras	(11)
Outros	(8)
	(45)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>525</b>

**14 Instrumentos financeiros**

A Sociedade revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados

A Administração da Sociedade não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo.

## 15 Gerenciamento de riscos

A Administração realiza o gerenciamento da exposição aos riscos em suas operações com instrumentos financeiros por meio de estratégias operacionais e de controles internos.

O Conselho de Administração possui responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Sociedade, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado.

### Risco de liquidez - capacidade de pagamento

A Sociedade monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar os compromissos assumidos.

Para a construção da usina, a CELSE prevê a captação de recursos de bancos comerciais, garantidos por uma Agência de Exportação de Crédito (*Export Credit Agency - ECA*), e de bancos multilaterais de desenvolvimento. Até a obtenção desses financiamentos, os compromissos assumidos pela Sociedade serão pagos mediante aportes de capital recebidos dos acionistas.

## 16 Cobertura de seguros

A CELSE possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2016, as coberturas de seguros vigentes são:

Riscos	Importância segurada
Riscos de engenharia	4.670.335
Seguro garantia de fiel cumprimento	164.275
Responsabilidade Civil - Obras civis	129.848
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores	50.000
Danos materiais - escritórios administrativos	1.450

## 17 Compromissos assumidos

Além do contrato EPC - *Engineering, Procurement and Construction* firmado com a GE, já mencionado na nota explicativa 1, a CELSE firmou, em novembro de 2016, um contrato de suprimento de gás com a Ocean LNG, *joint venture* formada pela Qatar Petroleum e ExxonMobil. O suprimento contratualmente negociado será pelo prazo de até 25 anos, contados a partir de janeiro de 2020, quando se dará a obrigação contratual de entrega de energia dentro dos CCEAR assinados no contexto do leilão A-5/2015.

Em dezembro de 2016, a CELSE firmou com a GE Power Services um contrato de prestação de serviços para a operação e manutenção da usina (O&M) pelo prazo de até 25 anos, contados a partir de janeiro de 2020, data do início da operação comercial da usina.